

Wakefield e a Colonização Sistemática

Roberto Smith (*)

Resumo

Na virada do século XIX o pensamento liberal passa a conviver mal com o colonialismo. Dois economistas ingleses – Wakefield e Torrens se postam na contramão do pensamento liberal entre os anos 20 e 40 do século XIX. A partir do diagnóstico da crise que então atravessava a economia inglesa, como decorrência de excesso de capital que pressionava a taxa de lucros para baixo, advogam a promoção da emigração e exportação de capitais. Rompem ostensivamente com as amarras da lei de Say e estabelecem as bases para o neocolonialismo - base da Commonwealth - e prenúncio do imperialismo. Tratam a colônia dentro da concepção de existência de terras livres que precisam ser fechadas através da conduta do Estado para tornar possível relações de assalariamento. Leis de Terras surgem em vários países como resultante da influência teórica e das ações práticas desses economistas não liberais, na primeira metade do século XIX.

I - Introdução

A concepção da “*colonização sistemática*” divulgada na Inglaterra no âmbito da *Colonization Society*, tem no pensamento de Edward Gibbon Wakefield, a partir do fim da década de 20 do século XIX, a sua principal contribuição, secundada pela de Robert Torrens. Por se tratar da concepção que iria inspirar a formação da Commonwealth, e influenciar o Conselho de Estado no Segundo Império do Brasil para elaborar e remeter ao Legislativo o Projeto de Lei nº 94, em 1843, e que seria promulgado como a Lei de Terras em 1850, procura-se trazer à tona as bases do pensamento econômico que estes dois economistas ingleses desenvolveram para fundamentar novos princípios da “*colonização moderna*”. Importa acompanhar a incorporação desse ideário de inserção francamente burguesa, em contextos coloniais e escravistas, em discordância com Warren Dean que o considerava de caráter aristocrático.

A contribuição de Wakefield é conhecida através das inúmeras referências que a ele faz Marx, que incorpora aspectos de sua análise a respeito da cooperação e trabalho combinado. Dentre os escritos de Wakefield duas obras se destacam: *England & America* (1834), e *A View in the Art of Colonization* (1843) além das notas e comentários à quarta edição da Riqueza das Nações de Adam Smith (1835) de quem foi um arguto comentador.

O que se destaca em relação a Wakefield é que o seu pensamento se afasta precursoramente dos princípios sob os quais se encontravam erigidas as bases do pensamento econômico liberal, hegemônico, e nesse sentido, suas idéias não eram

bem aceitas na Inglaterra, por serem de cunho nitidamente intervencionista. Esse talvez seja um elo interessante, o que une a colonização sistemática com os desígnios do Conselho de Estado e os parlamentares Conservadores em torno de um projeto de transformação capitalista para o Brasil no Segundo Império.

II – Colonização Moderna e a Economia Política Clássica

As transformações ocorridas no último quartel do século XVIII foram radicais, principalmente através do rumo tomado pela industrialização na Inglaterra. Wakefield assinala que nos anos 30 do século XIX, apenas um décimo da população trabalhadora nos estados do Nordeste da União Americana poderia ser enquadrada na situação de trabalhador assalariado. Na França essa proporção não atingia a um terço dos trabalhadores, e no restante da Europa, o assalariamento era ainda pouco disseminado, com exceção da Holanda e da Inglaterra.

Na Inglaterra a sua percepção era a seguinte:

“onde o sistema de grandes fazendas está estabelecido, onde uma grande parte da população está engajada em manufaturas e onde, em toda a área da indústria, uma completa separação se deu entre capitalistas e trabalhadores, a classe trabalhadora compõe a massa do povo – esses são os termos pelos quais escritores e oradores ingleses usualmente descrevem aqueles cuja única propriedade é o seu trabalho.

Após a independência dos Estados Unidos e o desencadeamento da crise que afeta num período de meio século toda a armação das relações coloniais enredadas pelo mercantilismo, assiste-se na Inglaterra a emergência de um sentimento econômico político e moral bastante negativo em relação às vantagens da manutenção do regime colonial. O pensamento anticolonialista se destacava sob o argumento dos custos envolvidos, involucrados em guerras, repressão e, sobretudo, no protecionismo, foco dos ataques do pensamento liberal. Bentham, em 1792, escreveu um panfleto denominado *Emancipate Your Colonies*, cujas idéias já anteriormente eram expressas nos escritos do escocês James Anderson. Também James Mill, no artigo *Colonies*, que foi publicado no *Suplemento para a Enciclopédia Britânica* em 1823, afirmava a existência de “*uma tendência das possessões coloniais para gerar ou prolongar o mau governo*”.

Tanto para Bentham quanto para James Mill, as colônias não garantiam *per se* preços mais baixos para seus produtos, além do que a concorrência poderia provocar, além de que não era necessário governar um país para vender seus produtos a ele. O período que vai do último quartel do século XVIII até o fim da década de 30 do século seguinte é prolífero no tocante a contribuições ao pensamento da economia política que se segue à publicação de *A Riqueza das Nações*, onde se destaca a participação de Ricardo. Nesse período de transformações econômicas e políticas, que passam a requerer mudanças nos quadros institucionais, é freqüente nos defrontarmos com abordagens de cunho eminentemente pragmático, circunscrevendo os enfoques abstrato-teóricos da economia política clássica. As *Corn Laws*, a Reforma do Parlamento, a crise decorrente das Guerras Napoleônicas, a questão dos excedentes

populacionais e a fome na Irlanda afetando a classe trabalhadora na Inglaterra, estarão presentes no cerne dos debates políticos e teorias com que se defrontava o fazer-se da economia política. A questão colonial igualmente iria adentrar o contexto desses debates, que afetavam os meios políticos e intelectuais ingleses na virada do século. No fim da década de 40, o debate anticolonial por parte do pensamento dominante já se encontrava, em grande parte, revertido na Inglaterra.

A questão colonial no início do século XIX colocava-se numa dupla perspectiva: a da consolidação de uma ordem universal burguesa e a da sua preservação, admitida a presença da crise. Contudo, o debate em torno da questão colonial foi encampado e submerso pelo poder do pensamento econômico dominante, que era ricadiano, e também pelo peso da tradição do Colonial Office, do Ministério de Relações Exteriores inglês.

As expressões mais significativas do pensamento em torno da questão colonial resultam da contribuição desses dois economistas ingleses. Torrens (1780-1864), que na verdade era irlandês, e Wakefield (1796-1862). Enquanto Torres vem de dentro da tradição ricardiana, com a qual rompeu parcialmente, Wakefield iria buscar selecionar alguns referenciais a partir da contribuição de Adam Smith, para servir de base ao seu próprio pensamento.

Robbins afirma:

“É verdade que no mundo do pensamento e no mundo da ação, ele [Torrens] deve buscar um segundo lugar para Gibbon Wakefield....o verdadeiro autor das modernas concepções da British Commonwealth of Nations”.

Ambos, buscarão contrapor-se ao sentimento anticolonial vigente na Inglaterra. Para tanto, fora organizada em 1839 a Colonization Society, cujos membros colaboravam num jornal, o Colonial Gazette, que exerceu bastante influência sobre governos onde – terras abertas – interferiam na formação do assalariamento. Destacam-se por serem fundadores de duas importantes colônias a da Austrália do Sul e a da Nova Zelândia. O objetivo da Colonization Society era, segundo Wakefield, substituir a prática da mera emigração pela “*colonização sistemática*”, e numa escala suficiente para gerar efeitos importantes na “mother country”.

Torrens inicialmente reduzia a questão colonial ao ponto de vista da emigração, tal como advogava Horton, ou como se referira anteriormente James Mill: “quando o seu custo de remoção da “mother country” para a colônia, que é usualmente criado pela distância, pudesse não ser muito grande”. Posteriormente mudará para apoiar o campo de argumentação mais integrado e coerente de Wakefield, que aliava a questão da emigração à exportação de capitais e à crise capitalista industrial por que passava a Inglaterra, e implicaria numa ruptura com o pensamento clássico.

O cerne do debate, é o da trajetória fundante do capitalismo em escala mundial, ao introduzir a contradição que terras livres significavam para as relações de

assalariamento e os limites impostos pela perspectiva do *stationary state*.

Perante Ricardo o pensamento de Wakefield é mais restrito. Procura entender o capitalismo apenas diante de uma perspectiva colonial. Nesse sentido, Wakefield é apenas um teórico do neocolonialismo, conseguindo, no entanto, integrar a colônia a uma visão, avantajada para a época, da estrutura em que se baseia o capitalismo. Mesmo Torrens, em termos de teoria, apresenta contribuição dotada de maior amplitude do que a de Wakefield, se considerarmos a sua obra, publicada em 1821, *An Essay on the Production of Wealth*.

Intrigante, contudo, é o fato de que Wakefield irá contrapor-se ao pensamento dominante, nos seus fundamentos básicos, e nisso estará bastante à frente de sua época. O entendimento do capitalismo de que Wakefield é portador será, nesse sentido, precursor de um fio condutor que conecta Marx e mais tarde Keynes, ao refutar objetivamente o pensamento de Say. E esse é um de seus méritos, no que será acompanhado por Torrens. Nessa perspectiva, a tentativa conciliatória de Stuart Mill não encontra eco. Mill afirmou que:

"as proposições [de Wakefield] são, na minha opinião, substancialmente verdade; e . . . o erro que parece-me imputável a Wakefield é este de supor suas doutrinas em contradição com os princípios precedentes da melhor escola da economia política, em vez de, como elas realmente são, corolário daqueles princípios, embora corolários que talvez nem sempre tivessem sido admitidos por esses economistas políticos eles próprios".

O debate da questão colonial, a partir da contribuição de Wakefield, projeta o problema da transição para o capitalismo no espaço colonial e a sua relação com a hegemônica Inglaterra. Nesse sentido situa-se também dentro da lógica que vincula exportação de capitais e o prenúncio do imperialismo.

Inicialmente, procura-se expor o conteúdo do debate a respeito da acumulação de capital dentro dos enfoques distintos de Smith e Ricardo para, em seguida, inserir e situar Wakefield e Torrens nesse debate.

III - Smith e Ricardo: Acumulação Crise e Extensão de Mercado

A concepção de Smith a respeito da teoria da queda taxa de lucro foi desenvolvida a partir do entendimento de que esta dependia da concorrência entre capitais. Nesse sentido, a concorrência entre capitais conduziria a uma expansão dos mesmos, ocasionando queda nos lucros e elevação nos salários. Os lucros cairiam, portanto, acompanhando a queda nos preços. Smith partia de um ponto de vista onde o comportamento dos investidores, em um mesmo ramo, era extrapolado para a economia como um todo. Para ele a extensão de mercado se tornava significativa como elemento que se contrapunha à queda nos lucros, seja no exterior, seja em termos domésticos.

Para Ricardo, tratar a queda dos lucros como decorrência de um excesso de capitais era uma concepção errônea. O mecanismo de Say encontrava-se presente no amparo à crítica de Ricardo a Smith. Smith, apesar de trazer implícita a lei de Say na

sua contribuição, não a tratava com rigor. Ele afirma em *A Riqueza das Nações* que "*o que é anualmente poupado é tão regularmente consumido quanto o que é anualmente gasto*". Ricardo irá negar, portanto, que o nível geral dos lucros pudesse ser afetado pela abertura de novos mercados, procurando destacar a importância do comércio exterior sob o enfoque das vantagens comparativas. Sob um raciocínio cujo pressuposto é o da existência de pleno emprego, novos mercados conduziriam apenas a uma rearticulação de fatores entre diferentes empregos. O declínio da taxa de lucro, para Ricardo, era explicada pela elevação dos salários, que espelhava a elevação dos custos de produção dos bens de salário. Ricardo vai assim refutar que o nível dos lucros pudesse ser afetado pela interferência de novos mercados, raciocinando em termos de uma economia nacional, e os efeitos do comércio externo projetados sobre a balança comercial. Introduz dessa forma os elementos que o predispunham contrariamente ao protecionismo circunscrito à importação dos produtos agrícolas.

Os condicionantes históricos que influenciaram Smith e Ricardo foram diferentes. Smith estaria preocupado com a alocação de recursos não empregados, o que aparece de forma subjacente à sua análise do trabalho produtivo e improdutivo. A preocupação de Ricardo era com a remoção dos empecilhos que protegiam a classe dos proprietários de terra e que faziam elevar o custo da reprodução da força de trabalho e diminuir lucros.

O debate em torno dos defensores dos pontos de vista de Smith e de Ricardo tinha um elemento de choque no tratamento da saída de capitais ingleses do país, como passível ou não de ter influência positiva no nível geral de lucros, em termos domésticos. A oposição de cunho ricardiano a essa interpretação, baseada na extensão de mercado de Smith, será desenvolvida por Bentham, James Mill e pelo próprio Ricardo. James Mill é explícito a esse respeito:

"Se é afirmado que as colônias proporcionam um mercado, eu respondo que o capital, que oferece mercadorias para esse mercado, poderia ainda produzir mercadorias, se as colônias fossem aniquiladas e aquelas mercadorias ainda pudessem encontrar consumidores. O trabalho e o capital de um país não podem produzir mais do que o país estará desejoso de consumir. Cada indivíduo tem um desejo de consumir, ainda que produtiva ou improdutivamente, tudo que ele recebe. Cada país, assim sendo, contém em si um mercado para tudo que ele pode produzir".

Wakefield critica Bentham e James Mill, mostrando que o raciocínio de ambos tem por base dois princípios: "*o primeiro, que nenhum trabalho é empregado a não ser pelo capital e o segundo, de que todo capital emprega o trabalho*". Aceita o primeiro, mas ressalva: "*não é verdade que todo capital emprega todo trabalho*", e continua.. .

"A isso se segue que o capital, para o qual não existe emprego doméstico, pode ser gasto em emigração sem diminuir o emprego para o trabalho na mínima extensão. Eu uso a palavra gasto em vez de investido, no sentido de prevenir a confusão de explicar detalhadamente que, se o capital assim empregado, for em última análise perdido, essa perda de capital não leva a uma diminuição do emprego do trabalho".

Será, portanto, no argumento da extensão de mercado de Smith que Wakefield

irá basear-se para desenvolver a sua teoria da colonização, o que não significa que ele aceite *in totum* a teoria a respeito das Colônias, de Smith.

"Os objetivos de uma velha sociedade em promover a colonização parecem ser três: primeiro, a extensão de mercado para a colocação de sua própria produção excedente; segundo, alívio do excesso de população; terceiro, ampliação do campo de emprego do capital . . . esses três objetivos podem ser reunidos sob um só; uma ampliação do campo de emprego do capital e trabalho."

Wakefield poderia desenvolver seu argumento favorável à extensão de mercado, valendo-se dos termos próprios de Ricardo, se procurasse restringir-se à importância do novo e fértil espaço colonial e do baixo preço dos produtos importados. Essa era uma linha a que James Mill já fizera menção e que Stuart Mill retomaria na tentativa de tentar compatibilizar Wakefield com a ortodoxia. Não é, contudo, o caminho que Wakefield opta por trilhar ao afirmar que:

"os economistas modernos, ao tratarem a produção e distribuição de riqueza, têm negligenciado os elementos centrais da produção; explicitamente, o campo em que o capital e trabalho são empregados.. Em suas teorias de renda, de fato, eles mostram que, enquanto o capital cresce num campo limitado de produção, é empregado com menos e menos produtividade, donde a inferência pode ser tirada de que em tal caso os lucros precisam se tornar mais e mais baixos; mas a respeito disso os economistas modernos não dizem uma palavra."

A preocupação central de Wakefield era, portanto, com o fenômeno do rebaixamento geral da taxa de lucro na Inglaterra desde 1815, tendo em vista o seu diagnóstico de excesso de capital, e não como decorrência da elevação do custo de reprodução da força de trabalho.

"No comércio da Inglaterra, desde a paz, uma baixa taxa de lucro tem produzido o mesmo efeito tanto na agricultura como nas manufaturas. Grandes comerciantes, que empregam grandes capitais, têm obtido baixos lucros e mesmo perdas..."

O emprego da expressão "economistas modernos", de que se vale Wakefield, é uma referência aos que criticam a teoria da queda da taxa de lucro, de Adam Smith, e crêem no poder ilimitado do capital em criar o seu próprio campo de emprego....

"desde então, no sentido de basear sua visão da onipotência do capital, sem olhar os meios de investimento, eles têm caído sobre Adam Smith por este ter dito que 'a concorrência mútua dos capitalistas naturalmente tende a rebaixar os lucros' "

A onipotência do capital aparece em seguida, numa referência mais explícita aos seguidores de Say

"Não se segue que, por ser o trabalho empregado pelo capital, o capital sempre encontre um campo para o emprego do trabalho. Esse é o non sequitur sempre assumido como certo por Bentham, Ricardo, Mill, M'Culloch e outros. Adam Smith, pelo contrário, percebeu que existem limites ao lado do limite do capital, para o emprego de trabalho; os limites, do campo de produção, e do mercado para a produção de excedentes".

O raciocínio de Wakefield está ancorado na existência de excesso de capital na economia inglesa, em conjunção com grande contingente populacional, na crise que se segue às Guerras Napoleônicas e desestruturação do campesinato irlandês. O campo de emprego para o capital assinalava uma conjuntura onde o excesso de capital

fazia com que, segundo Wakefield, *"the profit, not the business is less"*, donde advinha uma perspectiva de tendência ao estado estacionário.

"Abundância de capital investido, e pronto para ser investido, é a característica marcante, mais ainda, específica, da Inglaterra".

".. o que fazer com o seu capital é o quebra-cabeças dos ingleses".

"... encontra-se no excesso de capital acima dos meios de investimento lucrativo, o fato onde esse país difere prejudicialmente dos Estados Unidos. . .

Eu faço alusão à necessidade nesse país de uma ocasional destruição de capital em grande escala".

Wakefield desenvolve a análise da colonização a partir de uma perspectiva estagnacionista na Inglaterra, que impunha não apenas o suporte à emigração de excedentes populacionais, mas sobretudo a vazão de excedentes de capital. Nesse sentido é que se segue a preocupação de que o capital não viesse a perder a sua condição de existência ao ser deslocado para terras abertas. Há, de sua parte, como que uma intuição da concepção de que o capital é uma relação social, que Marx destacaria, e que, na ausência do trabalho assalariado, o capital não projeta a sua existência ampliada. E mais: o fato de que a acumulação de capital colonial reverteria em acréscimo de riqueza na *"mother country"*.

Nos três primeiros capítulos de *England & America*, Wakefield faz uma exposição jornalística da opulência vigente na Inglaterra no início do século XIX, em relação à miséria da massa da população, e o quadro de inquietação que cercava a classe média. A sua preocupação, no paralelo que traça em relação aos Estados Unidos, era a de uma saída rápida para uma situação que denotava, na época, uma perspectiva de convulsões sociais, e a impossibilidade da pretendida adoção do sufrágio universal, que projetaria as necessidades reprimidas de uma população em estado miserável em direção às propostas de igualitarismo de Owen.

"A miséria e ignorância das massas da população inglesa tornam-na incapaz para desfrutar, ou ainda a capacitam para usar mal, uma grande extensão do sufrágio . . ."

O autor coloca em seguida o seu temor ao descontrole social, ante a perspectiva de afetar a organização da produção, e o grau de confiança que deveria servir de respaldo ao crédito. O que seria afetado, em última análise, segundo Wakefield, seria o estatuto da propriedade.

"A grande máquina a vapor da Inglaterra poderia estar próxima de ser aniquilada, se a propriedade se tornasse insegura".

Em lugar de pensar numa saída pela via da melhoria educacional, para capacitar o povo a votar, como era a voz corrente da época, Wakefield apontava. . .

"O primeiro passo é elevar salários. Mas como poderiam os salários ser elevados, a não ser pelo crescimento do campo de emprego, ou pela diminuição do número de trabalhadores?"

Esse entendimento voltado a uma necessária expansão do campo de emprego para o capital, que tornasse possível um aumento de salários, é coerente com sua refutação a Say e à teoria do fundo de salários, subjacente ao debate dos excedentes

populacionais e custeio da emigração, que se travava na época.

"Abrir novos canais para um emprego mais produtivo do capital inglês", essa era a saída inspirada em Smith, que Wakefield adotava. *"Investir em colonização em vez de emprestar o excedente de capital para estados estrangeiros, ou desperdiçá-los em minas na América do Sul, sem gerar em contrapartida emprego na Inglaterra."*

"Deixar os ingleses comprar pão de todos os povos que tenham pão barato para vender," numa alusão às *Corn Laws* que já se encaminhavam para um equacionamento na década de 30, e *"tornar a Inglaterra a oficina do mundo, para tudo que é produzido pelo vapor"*, denotava a sua consciência da inserção hegemônica inglesa na divisão internacional do trabalho.

A questão que passa a divergir o pensamento colonial de Wakefield, do pensamento dominante ricardiano na Inglaterra, é o da necessidade de exportação de capitais.

O amparo à questão colonial, dentro do debate geral da época, segue dois rumos: o da simples promoção da emigração, que reunia, entre outros, Horton e Torrens; e o da *"colonização sistemática"*, desenvolvido por Wakefield e integrantes da *Colonization Society*, a que Torrens irá juntar-se posteriormente ao publicar a sua obra principal na área de colonização: *The Colonization of South Australia*.

IV - Emigração e Fundo de Salários

Robbins avalia que a condição de irlandês e apoiador da Emancipação Católica influenciou Torrens no seu envolvimento com a extrema degradação do campesinato irlandês, o que o levou a buscar uma solução vinculada à emigração e, por extensão, à sua aproximação com a questão da colonização.

A questão da superpopulação, que era o tema central da abordagem de Malthus, e que de certa forma influenciou Wakefield, leva a que na 3ª edição do *Essay on Population* ele incluísse alguma referência à emigração. Nessa época, contudo, Malthus não alimentava muita expectativa em relação à emigração como forma de enfrentar a questão e, além de assinalar a dificuldade da implementação de tal política, entendia que ela terminaria atuando no sentido contrário ao de seus propósitos, implicando posterior expansão do crescimento populacional.

Ao retomar à questão em 1817, na 4ª edição da referida obra, Malthus admite que a emigração seria uma saída positiva para se contrapor ao desequilíbrio no mercado de trabalho. O fato é que a emigração irlandesa para a Inglaterra servia como elemento aglutinador de interesses no sentido da busca de uma resolução, e que passava a exigir uma assistência política e subvencionada pelo Estado. O pensamento dominante tratava a emigração como mero paliativo. O ponto de vista que Horton advogava entre os anos de 1823 e 1830 estava amparado na teoria do fundo de salários, posteriormente retomada por John Stuart Mill, e que pode ser explicitada como segue:

- os salários dependem da oferta e demanda por trabalho e do estoque de capital circulante, em relação à população ativa;

- os salários reais tendem ao nível de subsistência: se a população crescesse mais rápido que o capital, os salários cairiam, levando a um pauperismo geral.

A relação capital/população regularia, pois, os salários, de modo que a emigração atuaria positivamente no sentido da elevação dos mesmos.

Torrens se oporia à explicação de que a relação capital/ população fosse o único elemento regulador dos salários. Denota dessa forma insatisfação com o arcabouço teórico clássico da determinação de salários. Acreditava que poderia enquadrar a solução da emigração no que ele referia como "*uma verdadeira doutrina de salários*" que é manifestada na sua obra de 1821, onde, contudo, não chegou a ser abordada. Será retomada apenas em 1826, em correspondência que mantém com Horton, onde discorre a respeito da amplitude entre os níveis de salários mínimo e máximo. Admite que o nível inferior de salários seja fixado segundo padrões climáticos e de costumes e o nível superior pela qualidade do solo cultivado, especialização e intensidade da aplicação do trabalho. Entre esses limites, os salários vigentes seriam definidos pela relação capital e população trabalhadora. Não é nosso intuito rever o conteúdo da teorização desenvolvida por Torrens, que apresenta, ainda de forma embrionária, aspectos importantes que seriam retomados por Marx e por Keynes.

Nos seus escritos de 1835, Torrens encontrava-se às voltas com a questão da superprodução e da desproporcionalidade da produção, que, em fases depressivas, poderiam ser responsáveis por uma queda nos preços mais intensa do que aquele movimento de baixa pudesse originalmente justificar. Para Torrens, isso se explicaria devido à natureza do dinheiro, onde "*o desejo de tornar bens em dinheiro se torna mais intenso do que o desejo de transformar dinheiro em bens*". A abordagem de Torrens é a de que, em épocas normais, a taxa de juros tende a movimentar-se na mesma direção do comportamento da taxa de lucros. Mas em tempo de excesso de capital, "*a taxa de juros do dinheiro pode se elevar, enquanto o lucro das ações se afundam para o quase nada*", o que ele reconhecia não tratar-se de uma situação de longa duração. Primeiramente, Torrens concebia a crise econômica no sentido de que se produzia na economia uma queda na "*disposição para acumular dos capitalistas*", e que isso terminava por "*deprimir a effectual demand*". Essas idéias ficam mais claras em *Colonization of South Australia*, na sua explicitação contra o princípio de que a oferta cria por si a própria demanda:

"Existe uma escola de economistas políticos que assume que o capital possui alguma qualidade oculta, ou influência, pela qual ele cria por si próprio o campo no qual é empregado e torna a demanda co-extensiva com a oferta. Os economistas dessa escola sustentam que, embora possa ser parcial, não pode ocorrer superprodução em geral e que, quando isso se dá, um certo remédio para o mal pode ser encontrado transferindo capital daqueles empregos (ramos) nos quais ele existe em excesso para aqueles nos quais é deficiente. Com os economistas que tomam essa via prioritária, e antecipam os resultados da ciência ao assumirem os fatos dos quais seus princípios são deduzidos, eu presumo que não se sustentam. Contudo, para aqueles que vêem a economia política como uma ciência indutiva, onde os princípios não são mais do que fatos gerais estabelecidos pela experiência, eu seguramente submeto as seguintes considerações, para mostrar que o capital não pode criar por si o campo de emprego lucrativo . . . "

Percebe-se claramente a influência do pensamento de Wakefield em Torrens, na crítica que faz à teoria do fundo de salários, reportando-se diretamente à crítica de Say, na questão da estagnação econômica e no seu questionamento que recai seriamente sobre as bases do pensamento clássico:

"Até agora os economistas políticos têm aceito que lucros e salários dependem da proporção entre trabalho e capital. Mas isso tudo se relaciona a nada, a não ser com a divisão da produção. De longe, uma questão mais importante permanece -- o que determina o montante do produto a ser dividido?"

Nessa linha chega, portanto, à conclusão de que a alternativa para a situação de excesso de capital e baixa geral na taxa de lucros é a colonização, que serviria de escoadouro de capital, revertendo o declínio da acumulação e criando *effectual demand* para os produtos da indústria manufatureira. A questão a respeito da "determinação científica" dos salários, que preocupava Torrens, deve ser encarada, em nosso entender, segundo dois âmbitos. O primeiro tem por referência um requisito que apontava a necessidade de elevação de salários e nível de vida da classe trabalhadora na Inglaterra, e que iria inclusive estabelecer o nexo do chamado "*exército industrial de reserva*", que Marx integraria, enquanto arcabouço funcional à acumulação de capital. Neste âmbito, há o sentido da recusa à aceitação da concepção do fundo de salários e dos argumentos que buscavam provar que os custos de emigração diminuía este fundo. O outro âmbito, em que para ele se revela a necessidade de uma "*verdadeira doutrina de salários*", era o da implantação de relações de assalariamento em novas áreas coloniais, onde inexistia a propriedade da terra. Esta "*verdadeira doutrina de salários*" aparecerá também em evidência como necessidade, em regiões onde era vigente a escravidão mercantil, e a perspectiva de transição para o trabalho livre se colocava historicamente como um enigma de difícil resolução para as suas elites políticas.

A proposição de Adam Smith - de que em terras coloniais o salário deveria ser suficientemente elevado para desincentivar o trabalhador a trabalhar por conta própria - gerou um foco de teimosa permanência na argumentação daqueles que reduziram a questão a mero jogo de mercado, onde este inexistia e onde inexistiam, sobretudo, relações capitalistas, que constituíam o pressuposto do raciocínio de Smith.

Ao entenderem a crise de excesso de capital e a forma resolutiva se colocando em termos de exportação de capital, Wakefield e Torrens terão em Rosa Luxemburgo, alguns elementos de continuidade de seus pensamentos. Outro ponto que merece reflexão é o fato de que Wakefield se coloca num campo de negação das forças auto-reguladoras do mercado. Ele não pode ser enquadrado como liberal. A intervenção do Estado aparece subjacente a toda teoria colonial de Wakefield, tanto na definição do preço da terra, quanto na sua consequência, isto é, na determinação do nível de salários nas colônias. Wakefield se vale de uma argumentação extraída de Smith, rompe, contudo, com os preceitos liberais. Wakefield não era um liberal. O Estado, na sua concepção, jogava um papel decisivo na formação da moderna

propriedade da terra nas colônias, fechando as terras livres, e fazendo surgir o pressuposto para o assalariamento.

Nem por isso Stuart Mill excluirá Wakefield do campo dos liberais, quando estabelece as exceções ou "*casos em que a intervenção pública pode ser necessária*".

V - Colonização Sistemática e Trabalho Combinado

A *colonização sistemática* é um capítulo importante da economia política e expõe um esforço de teorização que implica entender que a expansão colonial passava a requerer instrumentos pertinentes de análise e prática política. Isso num período em que o capitalismo avançava sobre novas fronteiras, e buscava refundar as práticas de império que haviam projetado o domínio inglês.

A terra, para ser um elemento da colonização, afirmava Wakefield, não tem apenas de ser inculta; tem de ser também propriedade pública, passível de ser convertida em propriedade privada. A que Marx complementa: "*esse o segredo tanto do florescimento das colônias, quanto do mal que as devora, sua resistência à colonização do capital*".

Wakefield procura entender como se criam condições institucionais a partir das relações entre a "*mother country*" e os espaços coloniais, para o estabelecimento de relações capitalistas nesses espaços de terras abertas, onde a realidade européia e sua história pouco tinham a contar. A reflexão teórica de Wakefield na questão da colonização sistemática se reveste de um conteúdo pragmático, cujo objetivo normativo é o de gestar um certo tipo de propriedade nos espaços coloniais - a "*moderna propriedade da terra*", como iria referir-se Marx nos *Gründrisse*, enquanto peça central para a submissão da força de trabalho ao capital. Essa abordagem irá estabelecer uma convergência entre os pensamentos de Wakefield e Marx ainda que ambos se situem em espectros ideológicos distintos.

Wakefield passa a inquirir sob que condições o espaço colonial poderia vir a tornar-se viável para a acumulação de capital. Isso exige dele um certo rompimento com o arcabouço teórico vigente na época, que procurava extrair, das referências às novas colônias, aplicações para o entendimento dos problemas econômicos existentes na Inglaterra e Europa.

"Os ingleses não poderiam ser tão desconhecedores como têm sido a respeito da economia política dos novos países. Seus economistas, ao tratarem as colônias, não têm trabalhado com outras ferramentas que aquelas que eles estão acostumados a utilizar para explicar os fenômenos de um velho país: eles tem raciocinado a partir dos princípios que são verdade no velho país, para fatos que nunca existiram na colônia".

Se era óbvio, como apontava Wakefield, que os elementos básicos da colonização eram terras abertas e remoção de pessoas e se o maior motivo que alimentava a emigração européia era identificado como sendo o da "*paixão por possuir terra, que pertence à natureza humana*", a remoção de pessoas para ele era uma condição secundária. Os meios de colonização, isto é, emigração e terras

disponíveis tinham que ser visualizados a partir de um ponto de vista colonial. Procura indagar a respeito da forma como se estruturariam as relações sociais, quando populações fossem despejadas em terras abertas. Nesse sentido, o ponto de partida assumido é o conceito de divisão do trabalho de Adam Smith, como o princípio que faz desenvolver as forças produtivas. Ele o utiliza, no entanto, para antepor o seu conceito de *trabalho combinado*, como condição que estabelece uma anterioridade no requisito para o aumento da produtividade do trabalho.

"Inquestionavelmente o capital, a maquinaria, que é capital, e a divisão do trabalho tendem a fazer crescer a produção em proporção com o número de mãos empregadas.

Cada uma dessas melhorias é o efeito de uma causa antecedente. A primeira melhoria, então, nas forças produtivas do trabalho sistemático (industry), parece ser não a divisão, mas a combinação do trabalho."

A expressão *trabalho combinado*, também utilizada como cooperação no trabalho, por Wakefield, inspiraram Marx nos capítulos XI e XII do primeiro livro de *O Capital*...

"... a operação do trabalho sistemático (industry) em qualquer lugar do mundo é produtivo na proporção do grau em que um homem ajuda a outro homem"

Wakefield procura qualificar o teor dessa ajuda mútua no processo de trabalho, estabelecendo uma distinção entre o que ele denominou de cooperação simples e cooperação complexa. Cooperação simples ocorre quando várias pessoas ajudam umas às outras na mesma atividade produtiva e cooperação complexa ocorre quando essa ajuda se dá em atividades produtivas diferentes permitindo o aumento da destreza de cada trabalhador, a diminuição de tempo para passar de uma função a outra e principalmente o uso de maquinaria. A cooperação simples desenvolve um processo mais visível e consciente para o trabalhador que a cooperação complexa, avalia Wakefield, que expõe dessa forma o estabelecimento de um encadeamento a que Marx faria referência como cooperação enquanto cooperação para o capital. Daí a sua perda de visibilidade para o trabalhador, como intui Wakefield

É o tipo de cooperação complexa que vai interessar a Wakefield, que, a partir do trabalho assalariado e da grande propriedade, visualiza os meios que assegurariam produção com elevada produtividade. O problema a ser encarado e que ocorria nos territórios que dispunham de terras abertas - como garantir trabalho constante e combinável - colocava-se como antípoda da dispersão da força de trabalho no território, em pequenas propriedades. Para Wakefield essa era, sem dúvida, a missão civilizatória que cabia ao capital conferir, porque, entre uma e outra alternativa, ele colocava o estado de civilização e o de barbárie.

"...pela substituição do termo disperso por rude, e concentrado por civilizado, nos aproximamos, por fim, da verdade".

"Porque onde há mercado, a população vive junto" .

A fábula de Mr. Peel, o colonizador que empregou um capital de £50.000, que carregara, além de todos os equipamentos, trezentas pessoas, entre as quais sessenta

eram homens capazes e trabalhadores, para o River Swan, e que, após seis meses, não contava com ninguém, ao menos para arrumar sua cama ou trazer água do rio, é uma ilustração reiterada, nas obras de Wakefield, da dificuldade em estabelecer relações de trabalho, onde uns se disponham a trabalhar para outros quando possuem meios para subsistir de forma independente.

A esse respeito, Marx afirma:

"O sistema protecionista, em suas origens, tinha em mira fabricar capitalistas na mãe-pátria, e a teoria da colonização de Wakefield..., tem por objetivo fabricar assalariados nas colônias. Chama a isso colonização sistemática..... Wakefield descobriu que, nas colônias, a propriedade do dinheiro, de meios de subsistência, máquinas etc., não transformam um homem em capitalista, se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente. Descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetuada através de coisas."

O tratamento dispensado por Marx à contribuição de Wakefield oscila entre a ironia e a admiração.

"O grande mérito de E. G. Wakefield é ter descoberto não algo novo sobre as colônias, mas a verdade, nas colônias, sobre as relações capitalistas na mãe pátria."

A esse respeito cabe contudo reprimir a observação de Wakefield feita em outro contexto: *"os economistas políticos têm raciocinado a partir dos princípios que são verdade no velho país, para fatos que nunca existiram na colônia"*.

Wakefield não estava voltado para a questão da destruição do campesinato, como ocorria na Europa, mas para a questão do impedimento à sua formação em virtude da imigração para as novas colônias, através da ação do Estado, em face do capitalismo já constituído na Europa. A colônia passava a requerer um quadro de análise próprio e ao mesmo tempo articulado. Assim, o mérito de Wakefield é mais amplo na medida em que ele estabelece uma conexão entre a realidade colonial e a da *"mother country"*, num contexto do capitalismo em escala internacional. Ao aliar o movimento expansionista da colonização moderna ao da crise de excesso de capital na Inglaterra, ao defender a exportação de capitais e a estruturação de relações capitalistas nas colônias, como fórmula destinada a preservar o crescimento do capital, e a manutenção da hegemonia inglesa Wakefield estava levantando questões procedentes, que alcançariam grande evidência para a análise crítica da economia política.

A questão, que aparece de forma subjacente a esse período decisivo do espraçamento das relações capitalistas, é a de que o movimento migratório para terras coloniais abertas, explicado na época pelo *"desejo do gênero humano em se apossar de terras"*, constituía, na verdade, o desejo de libertação das relações camponesas e de servidão, ainda vigentes ou em desagregação em significativa parcela da Europa, e das relações de assalariamento, que não ofereciam melhores condições de vida na Inglaterra do que a dos escravos, como descreve Wakefield em *England & America*.

Tanto isso é concreto, que grande parte da emigração irlandesa para os Estados Unidos, apesar do vasto debate a respeito dos efeitos negativos dos gastos para subvencioná-la, em relação ao fundo de salários, termina sendo encaminhada de

forma quase que espontânea e financiada em termos privados.

Essa emigração, despregada do seu acoplamento ao deslocamento de capitais e da relação entre capital e trabalho, é a fonte da preocupação de Wakefield, ao tratar do tema a respeito do trabalho combinado e constante.

A visão que Wakefield exprime a respeito do homem é a de que se trata, "*por natureza*", de um ser muito pouco cooperativo. Isso levaria a que nas colônias os imigrantes tendessem a se dispersar e viver uma existência isolada e autônoma, sem produção de excedentes e, portanto, de comércio. O acesso a terras livres destruía, devido a essa "natureza não cooperativa", a base para o desenvolvimento do trabalho combinado e constante.

"O princípio da combinação de trabalho ... parece nos velhos países como uma propriedade natural do trabalho. Mas nas colônias o caso é totalmente diferente. Lá, a dificuldade em induzir um conjunto de pessoas a combinar seu trabalho para qualquer propósito, encontra o capitalista em todo o nível de seu espaço e em toda linha de trabalho sistemático".

Como Marx assinalou, Wakefield confundia meios de produção e subsistência do produtor direto com capital, quando isso ocorre somente na medida em que estes se coloquem como meio para explorar e dominar a força de trabalho.

Os princípios que conduzem ao individualismo egoísta do utilitarismo, como se depreende, não se faziam, nas colônias, portadores do benefício da "mão invisível", que fosse suficiente para manter um nível de civilização da qual os imigrantes eram portadores na *mother country*, e que se dissipava nas iniciativas pulverizadas no espaço colonial. Terras abertas seriam responsáveis por fazer o homem retornar ao estado "*rude e primitivo*".

"O trabalho nunca foi combinado, exceto por um dos dois meios: ou por meio da escravidão, ou por meio de pagamento. Não podemos conceber outro meio. . . Eu penso que posso ilustrar esse ponto. Acredito que se um homem pudesse ter duas mentes e que fosse possível cortá-lo em duas partes, cada uma tendo um desejo separado, então a grande facilidade em obter terra induziria uma metade do homem a separar-se da outra metade; e assim, nas colônias, onde não havia restrição sobre a terra, poderíamos ver as pessoas divididas em frações tão fracas como tendo apenas u'a mão cada. A natureza produz algum trabalho combinado. A natureza fez as duas mãos juntas; maior combinação do que isso não ocorre nunca, sem escravidão, onde a terra é extremamente barata."

Essa justaposição entre relações escravistas aparece em outras partes da obra de Wakefield.. .

"Até agora, nesse mundo, o trabalho nunca foi empregado em escala considerável, com constância e combinação, exceto por um ou outro dos dois meios: ou pelo assalariamento ou por algum tipo de escravidão".

A noção de cooperação no trabalho, no entender de Wakefield, traz acoplada alguns aspectos que necessitam ser explicitados a respeito da escravidão e do tamanho da propriedade. O fato de Wakefield admitir que o trabalho combinado e constante em ampla escala somente se torna possível mediante assalariamento ou escravidão deu origem a críticas à sua abordagem, por parecer condescendente com a escravidão. Esse tipo de opinião busca respaldo nas críticas que o autor endereça ao

processo de colonização do Nordeste americano que, do seu ponto de vista, tivera seu progresso devido ao amparo da escravidão no Sul, praticada na grande propriedade. Esse tipo de percepção, da qual Wakefield é efetivamente portador, atrai para si um conjunto de críticas não justificadas, como se ele estivesse enaltecendo as condições vigentes no Sul dos Estados Unidos escravocrata, em relação ao Nordeste; ou ainda, a de que seria um apoiador da grande propriedade aristocrática e escravista, opondo-se à pequena propriedade.

A concepção dualista, contrapondo os dois tipos de colonização - que aparece em Marx, ao classificar as colônias em de povoamento ou "verdadeiras" e de exploração, e seria, mais tarde, retomada por Lênin, na contraposição entre a *via farmer* e a *via junker* de apropriação da terra e trabalho -, merece um tratamento analítico e histórico, com o cuidado de estabelecer as conexões da colonização no âmbito do quadro do mercantilismo e do capitalismo. A abordagem de Wakefield vai sugerir um outro campo de análise importante no tocante a essa questão: o da relação entre a produção escravista e a pequena produção da época, no quadro da divisão do trabalho e formação do mercado interno. Vejamos qual é o entendimento de Wakefield: ele afirma que a propriedade é mais produtiva na Inglaterra, naqueles distritos onde as fazendas são maiores. Nessas, cada fazendeiro empregaria um montante mais elevado de capital e não estaria envolvido diretamente na produção, mas preocupado com o melhor uso do conhecimento, controle e da técnica. O emprego mais vasto de capital e número de trabalhadores teria o efeito de produzir mais, em proporção ao número de braços empregados, fato que ocorria nos distritos ingleses menos civilizados. Para ele, mesmo nesses distritos, o capital agrícola e o trabalho são mais combinados do que na França e na América, onde ele considera as *plantations* escravistas uma exceção, por serem "*distinguidas pelo mais elevado nível de combinação no trabalho*"

O desenvolvimento do Nordeste americano no quadro colonial, não pode ser considerado desvinculado de sua relação com a *plantation* escravista, se não do Sul dos Estados Unidos, mas principalmente das Antilhas britânicas e francesas, como assinala Eric Williams; e assiste razão a Wakefield em apontar essa vinculação.

"...embora os puritanos e os seguidores de Penn, que fundaram as colônias da Nova Inglaterra, floresceram com a abundância de terras e sem escravos negros, eles não teriam florescido sem a escravidão."

Wakefield também assinala a presença da servidão temporária no Nordeste americano...

"Embora normalmente brancos e livres, eles eram realmente não livres para tornarem-se proprietários independentes, e assim sendo era possível empregar seu trabalho de forma constante e combinável"

De qualquer forma, a relação que o mercado estabelecia entre as áreas escravistas e de trabalho livre na América não permitia entendê-las separadamente...

"... a dependência dos estados do Nordeste em relação aos do Sul, tanto para drenagem de seus excedentes como para a demanda de sua produção industrial é tão estreita quanto a dependência entre o padeiro e o açougueiro que negociam juntos."

Em países com terras boas, abundantes e baratas, a questão era assegurar o trabalho constante e combinável, antípoda da dispersão da força de trabalho pelas pequenas posses. Não era a grande propriedade que estava sendo defendida, mas a propriedade utilizada produtivamente. Caberia ao Estado legitimar a propriedade da terra, dotando-a, a partir daí, de titulação segura, que lhe desse valor mercantil e ao mesmo tempo impedisse a proliferação de propriedades dispersas.

"é no poder, e parece ser dentro do campo da legislação, para interferir com a operação da economia política; e assim por diante, isto é, para prevenir ou corrigir os efeitos danosos na produção de riqueza natural que decorre de uma subdivisão miúda da propriedade da terra."

Wakefield observa que, as terras tinham que permanecer estatais, porque o que motivava a emigração era a existência de terras disponíveis para novos colonos. Ao enfatizar a importância da grande propriedade, não é a propriedade aristocrática e arcaica que Wakefield tem em mira, mas a grande propriedade produtiva, onde ele deixa antever vantagens de escala, onde o assalariamento é a norma. O modelo que ele deseja transplantar para as colônias é o da agricultura inglesa mais avançada.

Warren Dean tenta enquadrar Wakefield num espectro conservador, em oposição ao campo liberal, onde ele aparece defendendo as virtudes da pequena propriedade.

"Os conservadores tinham em Wakefield um replicador pragmático aos liberais, que seguindo Smith enalteceram o baixo preço da terra e os salários altos como causas da prosperidade, mas não reconheceram, ou admitiram, que o resultado inevitável deveria ser a derrocada do latifúndio."

É impossível detectar na obra de Wakefield essa defesa do latifúndio como percebe Dean, principalmente se o latifúndio for entendido como grande área improdutiva. Para Wakefield *"o mal está na divisão, não da terra, mas do capital e trabalho empregados na terra"*.

VI - Preço Suficiente da Terra, Salários nas Colônias e Exportação de Capitais

O princípio intervencionista, através do qual o Estado passaria a agir no tocante à colonização sistemática, decorreria da suspensão das doações de terras, passando a vendê-las aos novos colonos.

"... sob o plano de doações, com profusão o governo tem a oportunidade, e a forte tentação, a favorecer amigos, a praticar favoritismos e negociatas oficiais na distribuição de terras. Não há instância em governos coloniais que seja capaz de resistir a essa tentação. Isso constitui uma das práticas mais evidentes e desabonadoras da história colonial: e foi um dos impedimentos efetivos da colonização, pela criação de uma vasta safra de frustrações, ciúmes, cobiças e rancores."

O resultado da venda de terras deveria gerar um fundo de emigração destinado a custear a transferência de colonos sem condições de adquirir terras, que iriam submeter-se a trabalhar nas terras vendidas, em troca de salários. O governo deveria fixar o preço da terra a um certo nível, que Wakefield denominou de *preço suficiente*.

"O plano de vendas contém em si um efeito regulador da quantidade de terras postas à disposição. Esse é o preço que o governo requer pela nova terra...dar à terra mais barata um valor de mercado que teria o efeito de compelir os trabalhadores a trabalhar um tempo considerável por salários antes que eles pudessem vir a tornar-se proprietários. Um preço que faça menos do que isso seria insuficiente, um que faça mais, seria excessivo; o preço que tornasse isso possível., e não mais, é o preço conveniente. Eu costumo denominá-lo preço suficiente."

O objetivo do preço da terra, e "a esse respeito não pode haver dúvida alguma", respondia Wakefield...

"... é impedir os trabalhadores de virem a se tornar proprietários de terras, de imediato: o preço precisa ser suficiente para esse propósito e não outro."

O preço suficiente não fechava a possibilidade de o assalariado vir a tornar-se proprietário. A defasagem de tempo imposta para isso iria depender da duração apropriada de emprego do trabalhador assalariado para os proprietários, da taxa de crescimento da população na colônia, que implicaria a rotação e substituição entre trabalhadores que adentrassem e saíssem do mercado de trabalho, do custo de transporte para trazer colonos e do tipo de atratividade que uma determinada colônia despertasse para o emigrante. Dependia também do custo de vida na colônia e do "poder de poupança", que possibilitaria ao emigrante adquirir um lote; e, por fim, das próprias condições de solo e clima em relação à produtividade do trabalho.

Torrens, inicialmente, postou-se contra a teoria do preço suficiente, nos termos de uma regulação espacial, por entender que isso levaria a uma concentração de atividades em terras de qualidade inferior, enquanto as de melhor fertilidade continuariam inproveitadas.

Wakefield aceita o raciocínio de Torrens, mas explica que a análise não poderia prender-se exclusivamente à questão da fertilidade do solo, mas principalmente à proximidade de mercados e combinação de trabalho. O argumento de Wakefield, explica Robbins, utiliza o recurso de diagramas para ilustrar a disposição espacial da renda da terra em círculos concêntricos, admitindo que, se não existissem mercados e centros de atividades, a fertilidade do solo seria a circunstância principal determinante da renda. Robbins afirma ainda que esses diagramas eram similares àqueles desenvolvidos por von Thünen na primeira parte de seu "Der Isolierte Staat" (1826). .

Dois aspectos circunscreviam a instituição do preço suficiente: o primeiro era que o Estado criava, a propriedade mercantil da terra. O segundo é que a vedação temporária de acesso à propriedade da terra, pela fixação de um preço à mesma, tornava de certa forma o salário dependente do preço da terra na colônia. "Somente a terra mais barata é aquela cujo preço afeta o mercado de trabalho", afirma Wakefield

O caráter dessa medida imposta através do Estado implicava a tentativa de impor, um processo de "fechamento de terras", isto é, de assegurar a continuidade da expropriação do trabalhador dos meios de produção e subsistência, no seu novo habitat. Os *enclosures*, que resultaram de longo e conflituoso processo político e

social da história inglesa, nas colônias passariam a ser uma aplicação institucional pronta para receber os migrantes. Através do Estado, tentava-se estruturar formas mercantis à propriedade fundiária e à propriedade da força de trabalho. O Estado situando-se como princípio estruturador do mercado, por onde se daria o encaminhamento resolutivo da submissão da força de trabalho e da acumulação de capital.

O motivo que induzia os indivíduos a emigrar e tornarem-se colonos era a possibilidade de se tornarem detentores de uma gleba de terra. Essa aspiração tinha que ser intercalada por um período de tempo onde, trabalhando por salário, o colono pudesse poupar até constituir um fundo para adquirir sua propriedade.

Para Marx, o preço suficiente da terra...

"não passa de um eufemismo para designar o dinheiro do resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão para sair do mercado de trabalho e ir cultivar a terra. Primeiro o trabalhador tem de criar o capital para o capitalista, a fim de que esse possa explorar mais trabalhadores e, em seguida, tem de colocar no mercado de trabalho um substituto que o governo faz vir de além-mar às suas custas, para servir a seu ex-patrão. É extremamente significativo que o governo inglês tenha posto em prática anos a fio esse método de acumulação primitiva prescrito por Wakefield, para uso específico das colônias."

V - Conclusão

Na década de quarenta do século XIX, a resistência à neocolonização caíra por terra na Inglaterra. A preocupação de Wakefield de que *"na Inglaterra ... o campo de produção está limitado primeiro pela natureza e depois pelas Corn-Laws"* e pelo excesso de capital e população, caminhava para uma resolução sem que isso tivesse estabelecido uma crise na agricultura inglesa. A teoria da colonização passara a merecer a aprovação de economistas como Bentham e Stuart Mill e a crise estagnacionista estava superada. Stuart Mill a esse respeito afirma:

"A exportação de trabalhadores e capital dos velhos para os novos países, de um lugar onde seu poder produtivo é menor, para onde ele é maior, incrementa muito mais a produção agregada do trabalho e capital no mundo. Adiciona à riqueza comum do velho e novo país o que perfaz, num período curto, muitas vezes o seu custo de transporte. Não é necessário nenhuma hesitação em afirmar que Colonização, no presente estado do mundo, é o melhor negócio no qual o capital de um velho e rico país pode se engajar."

A Inglaterra passava a exportar capitais e a referência de Stuart Mill à disseminação dos investimentos ingleses em ferrovias é o de que:

"as operações de estradas de ferro de várias nações podem ser apreciadas como um tipo de concorrência pelo capital excedente dos países onde o lucro é baixo e o capital abundante como o da Inglaterra e Holanda".

Os rumos da internacionalização do capital estavam destinados a colocar a Inglaterra numa posição avantajada, a partir de sua industrialização e dos requisitos de insumos baratos das colônias. A Inglaterra colocava-se como uma força a adentrar as estruturas econômicas e políticas dos países coloniais, isto é, dotados de terras abertas.

O sentido em que Wakefield conceitua a colônia enquadra-se perfeitamente com a ótica expansionista do capital sobre novas fronteiras. O seu enfoque faz com que afirme que não é nem o caráter de dependência política nem a contínua imigração que caracteriza a colônia.

"para a existência de colônias duas coisas são indispensáveis: primeiro, terras abundantes, o que significa terra que não se constitui ainda propriedade de indivíduos, mas é apta a se tornar propriedade através da intervenção do governo; e, em segundo lugar, a migração de pessoas; a remoção de pessoas para se estabelecer num novo lugar." ()

Nesse sentido, para Wakefield, mesmo os Estados Unidos, nos anos 30 do século XIX, não deixavam de ser colônia, para o capital inglês se valorizar em escala internacional.

"Seria a subordinação da colônia à mother country com respeito ao governo, uma condição essencial. à colonização? Eu diria que não. . .Pelo meu ponto de vista, os Estados Unidos da América, formados pela emigração desse país, e ainda recebendo um grande incremento anual de população através de emigração desse país, são ainda colônia da Inglaterra."

Bibliografia

- Dean**, Warren. Land Policy in Nineteenth Century Brazil, HAHR 51(4), 1971 pp. 606-625.
- Marx**, K., *O Capital – Crítica da Economia Política*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d.
- Marx**, K., *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Gründrisse): 1857-1858. Trad. Pedro Scaron. 3 vols., México, Siglo Veintiuno.
- Mill**, John Stuart. *Principles of Political Economy: With Some of Their Applications to Social Philosophy*. University of Toronto Press, Routledge & Kegan Paul. 2. vol., 1965
- Pappe**, H. Wakefield and Marx. The Economic Historic Review, vol IV, n. 1, 1951, pp. 88-94
- Robbins**, Lionel. *Robert Torrens and the Evolution of Classical Economics*. New York, London Macmillan & Co. Ltd. St. Martin Press, 1958
- Smith**, Adam. *A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. João Luís Baraúna, S. Paulo, Nova Cultural, 1985.
- Smith**, Roberto. Propriedade da Terra e Transição. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. S. Paulo, Editora Brasiliense, 1990
- Torrens**, Robert. *An Essay on the Production of Wealth*. Reprints of Economic Classics. New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1965
- Wakefield**, E. G. – *England & America: A comparison of the social and political state of both nations* (1834). Reprints of Economic Classics. New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1967.
- Wakefield**, E. G. *A View of the Art of Colonization* New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1969.
- Winch**, Donald. *Classical Political Economy and Colonies*. Cambridge Massachussets, Harvard University Press, 1965.